

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

ESTRUTURA CURRICULAR:

MÓDULO	EMENTAS
<p>A receita pública, tributos e suas espécies</p>	<p>- Conceito de Tributo. - As espécies tributárias e seus elementos de distinção. Tributos vinculados e não-vinculados. - As diversas classificações doutrinárias dos tributos. - Imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuição parafiscal e empréstimo compulsório. - Relação entre as espécies de tributos e a forma de financiamento do Estado. - Conceito e regime jurídico dos impostos. O Fato Gerador dos Impostos. A Base de Cálculo. Classificação dos Impostos: a) Diretos e Indiretos; b) Reais e Pessoais; c) Fiscais e Extrafiscais; d) Principais e Acessórios; e) Ordinários e Extraordinários; f) Fixos, Proporcionais, Progressivos, Regressivos e Seletivos; g) Ordinários e Extraordinários. - Conceito e regime jurídico das contribuições especiais. A descaracterização de algumas contribuições sociais. Referibilidade. - A Desvinculação das Receitas da União (DRU). - Empréstimos compulsórios e regime jurídico. - Conceito de regime jurídico das taxas. Referibilidade. Afetação da receita. Conceito. Teorias sobre a Taxa. Fato Gerador. Base de Cálculo. Competência. Características. A taxa e a capacidade contributiva. A destinação do produto da arrecadação. Diferença entre taxa e outras receitas públicas. Pedágio. - A Taxa de Polícia. O poder de polícia. Exercício regular. As agências reguladoras. Fiscalização de Serviços Públicos Concedidos e Permitidos. Taxa de Serviço. Serviço Específico e Divisível. Prestação Efetiva e</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>Potencial. - A análise das várias taxas previstas na legislação brasileira. A taxa judiciária. A taxa de lixo. A taxa de incêndio. A taxa da CVM e a decisão do STF. A declaração de inconstitucionalidade da taxa do IBAMA e a tributação ambiental. A taxa de iluminação pública e a contribuição criada pela EC nº 39/02. A taxa de limpeza urbana. Outros casos.</p> <p>- Conceito de regime jurídico das contribuições de melhoria.</p>
<p style="text-align: center;">Capacidade Contributiva e Solidariedade na Tributação</p>	<p>Diferentes concepções da capacidade contributiva. - Críticas à previsão constitucional. - Capacidade contributiva: isonomia e/ou justiça fiscal. - Critérios de capacidade contributiva para distribuir o ônus tributário. - Capacidade contributiva: pressuposto e limite à tributação. - Dever de contribuir com os gastos públicos. - Limites: vedação ao confisco e proteção ao mínimo existencial. - Solidariedade social na tributação. - Critérios de capacidade contributiva: progressividade e proporcionalidade. - Tributação e redistribuição de riquezas.</p>
<p style="text-align: center;">Competência Tributária e Federalismo Fiscal</p>	<p>- Considerações sobre o federalismo fiscal. - História do federalismo fiscal brasileiro. - Modelos de federalismo fiscal. - Competências tributárias na Constituição de 1988. - Características da competência tributária. - Competência tributária própria e repartição de receitas tributárias: modelos possíveis. - Relação entre a competência tributária e administrativa. - Federalismo como cláusula pétrea. - Limites da cláusula pétrea e alterações da competência tributária. - Reforma tributária e considerações sobre federalismo fiscal.</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Contribuições	<p>- Contribuições como espécie de tributo. - Conceito de Parafiscalidade. Características. - As Contribuições Parafiscais no Direito Brasileiro: O artigo 149 da Constituição Federal. - Solidariedade de grupo e referibilidade. - As espécies de Contribuição Parafiscal: Sociais, Interventivas, Corporativas e de Iluminação Pública. - As contribuições sociais. - A Seguridade Social e as suas fontes de custeio: a empresa (o faturamento, o lucro, a folha de salários), os trabalhadores e demais segurados; a receita de concursos de prognósticos e a movimentação financeira. - As contribuições sociais gerais: O adicional de FGTS e outras contribuições. - As contribuições previdenciárias: As contribuições devidas pelas empresas. - O SAT. - As contribuições devidas pelos autônomos e contribuintes individuais. As contribuições devidas pelos trabalhadores. - Demais contribuições sociais sobre a folha de salário: Contribuição para o Sistema S. - Contribuições profissionais. Contribuição sindical. Contribuição de profissões regulamentadas. Os Conselhos profissionais e sua função no Sistema Tributário. - Contribuições de categorias econômicas.</p>
Crédito Tributário	<p>- Obrigação, crédito e dívida ativa tributários. - Características do crédito tributário. - Crédito tributário: constituição e hipóteses de suspensão, extinção e exclusão (em geral) - Garantias e privilégios do crédito tributário. - Lançamento: Conceito, Natureza, Alterabilidade. Lançamento e Direito Intertemporal. - Modalidades de Lançamento: O lançamento por declaração. Lançamento de ofício. Tributos originariamente</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

lançados de ofício. O arbitramento e o lançamento de ofício em casos de omissão ou inidoneidade das declarações. O arbitramento e as presunções legais. Lançamento por Homologação. Prazo para lançamento e para a sua revisão. Autolancamento. - Hipóteses de Suspensão do Crédito Tributário. - Moratória. - Parcelamento. O parcelamento na Lei nº 10.522/02. A confissão irretratável de débito. As garantias. Os prazos. A rescisão. O REFIS. Parcelamento e Denúncia Espontânea. Parcelamento e Exclusão da Punibilidade do Crime Fiscal. - Depósito Integral. As Leis nº 9.703/99 e 10.482/02. A Conversão em Renda. - Impugnações e recursos administrativos. Liminares e Tutela Antecipada. - Efeitos da suspensão. - Extinção do Crédito Tributário. O caráter exaustivo das causas previstas no CTN e o Código Civil. - Pagamento. Modalidades. Tempo do Pagamento. Lugar do Pagamento. Imputação de Pagamento. Inadimplemento. Juros e Multa de Mora. Pagamento Indevido. Restituição dos Tributos Indiretos. A repetição de indébito e o seu prazo. - Compensação: A compensação no Código Civil e no CTN. A compensação nas Leis nºs 8.383/91, 9.430/96 e 10.637/02. - Transação, Remissão, Pagamento Antecipado e Homologação, Consignação em Pagamento, Decisão Administrativa Definitiva, Decisão Judicial Transitada em Julgado e Dação em Pagamento. - Decadência e Prescrição: Conceitos na teoria geral do direito. - A decadência no direito tributário. - A prescrição no direito tributário. Causas de suspensão e de interrupção da prescrição. - A prescrição intercorrente. - Distinção entre

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>extinção e exclusão do crédito tributário. - Isenção. Natureza.</p>
<p>Direito Administrativo Tributário e Processo Administrativo Fiscal</p>	<p>- Fiscalização: A função fiscal. Sigilo Fiscal. Sigilo Bancário, Cruzamento de Dados e a LC nº 105/01; - Dívida Ativa: Conceito. A inscrição em dívida ativa: Objetivo. Efeitos. A certidão da dívida ativa e os seus requisitos. O termo da dívida ativa. Presunção de Liquidez e Certeza. - Métodos Indiretos de Cobrança: A certidão negativa. O cadastro de devedores. Sanções Políticas. - Procedimento de fiscalização e processo administrativo fiscal. - Início e requisitos do procedimento de fiscalização. - Deveres de colaboração do contribuinte e demais pessoas a ele relacionadas. - Limites do procedimento de fiscalização. - Princípios que norteiam o procedimento de fiscalização. - Princípios Fundamentais do PAF. - Procedimento Federal: Decreto nº 70.235/72. Delegacia da Receita Federal de Julgamento. O julgamento em 1ª instância. A dilação probatória. - Os recursos administrativos. O Conselho de Contribuintes. A Câmara Superior de Recursos Fiscais. - Processo Administrativo Fiscal no âmbito dos estados e municípios. - O ajuizamento de ação judicial como causa de renúncia ou desistência da esfera administrativa. A desnecessidade de esgotamento da via administrativa. - Estrutura da Administração para o processamento do PAF (organograma e competências federais, estaduais e municipais). - A consulta fiscal. Efeitos e modificação. - A compensação na via administrativa. - Compensação de tributos com créditos de precatórios.</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

<p>Direito Constitucional Financeiro</p>	<p>Atividade financeira do Estado. Princípios do Direito Financeiro. Receita Pública. Despesa Pública. Crédito Público. Execução Orçamentária e Controle. Tribunal de Contas. Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>
<p>Direito Constitucional Tributário</p>	<p>- O Poder de tributar. Conceito. Origem e Fundamento. - Limitações ao Poder de Tributar. - Direitos fundamentais do contribuinte e dever de pagar tributos. - Competência e Capacidade Tributária. - Repartição Constitucional da Competência Tributária: Exclusiva, Comum, Residual e Extraordinária. - Bitributação e Bis In Idem. - A repartição constitucional das receitas tributárias (arts. 157 a 162 da CF). - Princípios Constitucionais Tributários: Valor, princípio e regra. A função dos princípios: Limitações ao poder de tributar ou diretrizes interpretativas. Os direitos fundamentais do contribuinte. A ponderação entre a Justiça e a Segurança jurídica no Estado Democrático e Social de Direito. - Legalidade. Conteúdo. Histórico. Legalidade e Reserva Legal. Exceções. Tipicidade. A teoria dos tipos. Tipicidade Aberta ou Fechada? Conceitos Indeterminados e Cláusulas Gerais no Direito Tributário. As presunções no Direito Tributário. - Isonomia. Capacidade Contributiva: Breve Histórico. Fundamento, conteúdo e extensão. - Conflitos da Capacidade Contributiva com outros interesses da tributação. A capacidade contributiva como princípio interpretativo. Não-Confisco e Mínimo Existencial. - Irretroatividade, Anterioridade e Anualidade. - Uniformidade geográfica e vedação de isenções heterônomas. - Vedação de distinção quanto à origem ou destino.</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<ul style="list-style-type: none"> - Não-cumulatividade, seletividade e progressividade. - O Federalismo Fiscal e as suas salvaguardas constitucionais: a Liberdade de Tráfego e os Princípios Institucionais: Uniformidade Geográfica, Igualdade dos Entes Federativos, Vedação às Isenções Heterônomas e Vedação de Discriminação Quanto à Origem ou Destino dos Bens e Serviços (art. 151 e 152 da CF). - Outros princípios tributários. - Imunidades: Conceito. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não Incidência. - A imunidade tributária recíproca. - Imunidade dos Templos. - Imunidade dos Partidos Políticos, dos Sindicatos, das Entidades de Assistência Social e de Educação sem Fins Lucrativos. - Imunidade dos Livros, Jornais, Periódicos e o Papel destinado a sua Impressão. - Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil. - Imunidades de taxas e contribuições.
<p>Direito Orçamentário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico do orçamento público e das leis orçamentárias. - Funções do Orçamento Público: Política, Econômica e Financeira. - Princípios constitucionais específicos do orçamento: Exclusividade, Programação, Equilíbrio orçamentário, Anualidade, Unidade, Universalidade, Legalidade, Transparência, Publicidade, Não-vinculação da receita dos impostos, Especialidade dos incentivos fiscais, Responsabilidade. - Natureza jurídica das leis orçamentárias: lei em sentido formal ou material. - Plano Plurianual. - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). - Lei Orçamentária Anual (LOA). - Vinculação da lei orçamentária. - Prazos e procedimentos do processo legislativo de

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>aprovação das leis orçamentárias. - Emendas Parlamentares. Histórico. Vinculação. Regramento constitucional. - Rigidez do orçamento e possibilidade de alterações legislativas no decorrer da execução orçamentária. - Função e forma de definição da meta fiscal. Critérios de superávit e déficit fiscal. - Rigidez da meta fiscal. - Restos a pagar. - Pedaladas fiscais e outras questões polêmicas sobre a meta fiscal.</p>
<p>Direito Tributário e Processo Judicial</p>	<p>- Execução Fiscal. Aspectos Gerais da Lei nº 6.830/80. Legitimidade Ativa. Execução Fiscal contra a Fazenda Pública. Competência. Concurso de Credores entre Fazendas Públicas. Execução Fiscal de valor irrisório. Petição Inicial. Citação: modalidades e efeitos. - A execução fiscal promovida contra o responsável tributário. O sócio-gerente. Benefício de ordem. A dissolução irregular de sociedade. A falência. - Procedimento. Garantias do Juízo. Penhora. Ordem de penhora. Substituição dos bens penhorados. Penhora de Faturamento. Arresto. Fiança bancária. Avaliação. Reforço de Penhora. Leilão. Remição. Adjudicação. Pagamento. Suspensão da Execução e a Prescrição. - Exceção de Pré-Executividade. Embargos do Devedor. Embargos de Terceiro. Embargos de Penhora. Medida Cautelar Fiscal. - Aplicação subsidiária do CPC na Execução Fiscal. - Ação Anulatória. - Ação Declaratória. - Ação de Repetição de Indébito. - Ação Consignatória. - Mandado de Segurança. Liminares e Tutela Antecipada. Ação Cautelar.</p>
<p>Direito Tributário Sancionatório</p>	<p>- Infrações Tributárias e Sanções. Sanções Administrativas. - Responsabilidade por Infrações. - Multa de Mora e Multa de Ofício. - A Anistia. -</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>Pena de Perdimento. - A denúncia espontânea. - Sanções Penais. A sonegação fiscal. A fraude. A apropriação indébita tributária. - Contrabando e Descaminho. Peculato, Excesso de Exação, Advocacia Administrativa e Prevaricação.</p>
<p>Fato Gerador, Legalidade e Planejamento Fiscal</p>	<p>- Fato Gerador e hipótese de incidência. Concepção e discussões. - Norma tributária impositiva: Os aspectos subjetivo, material, espacial, temporal e quantitativo do fato gerador. - Legalidade e tipicidade. - Obrigação e Crédito Tributários no CTN. - Obrigação Principal e Obrigação Acessória. - Elementos da Obrigação Tributária. - Nascimento e atributos da obrigação tributária. - Características do fato gerador. - Desenvolvimento da concepção de planejamento tributário em diversas fases. - A evasão e a elisão tributárias. A elisão abusiva. - Cláusulas Antielisivas: Cláusulas Gerais e Específicas. - Limites do planejamento fiscal. - O desenvolvimento tecnológico, as mudanças sociais e o atraso da legislação. - Negócios não contemplados pelas hipóteses de incidência normativas. - Isonomia, analogia e tributação de novas tecnologias.</p>
<p>Interpretação no Direito Tributário</p>	<p>- Interpretação da lei em geral. Os métodos interpretativos. A interpretação quanto ao seu resultado. A interpretação quanto à fonte. Interpretação subjetivista e objetivista. - A interpretação no direito tributário. A interpretação formalista. A teoria da interpretação econômica do fato gerador. A interpretação no direito tributário nos dias atuais. - Integração da lei tributária e as lacunas a serem integradas: a analogia, os princípios gerais e a equidade. A</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	complementação. A correção. A redução teleológica.
Legislação Tributária	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação tributária e normas complementares. - As espécies normativas: A Constituição Federal e as Emendas Constitucionais. Os tratados internacionais. - A medida provisória. A lei delegada. As resoluções e decretos legislativos. O Regulamento: Decreto e Normas Complementares. - A lei complementar. O CTN. A lei ordinária. - Concepção de normas gerais. - Função da lei complementar em matéria tributária. - Inexistência de lei complementar e conflitos de competência - Vigência da Lei Tributária no Tempo e no Espaço. - A eficácia da lei tributária. - As antinomias jurídicas e a sua superação. - Irretroatividade da lei tributária. - Anterioridade da lei tributária.
Metodologia de Pesquisa	<p>Teoria do Conhecimento. Ciência e Modernidade. Conhecimento científico e Conhecimento Filosófico. R.Descartes e a ciência moderna . As regras cartesianas de investigação científica. O método científico e suas variações em ciências humanas e sociais. A pesquisa científica e suas variações em ciências humanas e sociais. Subjetivismo social e objetivismo científico . Pesquisa teórica e pesquisa de campo. Pesquisa bibliográfica. Pesquisa Documental. Método e produção do conhecimento científico : o planejamento , a execução e a demonstração . A redação científica.</p>
Noções de Contabilidade Tributária	<ul style="list-style-type: none"> - Normas Brasileiras de Contabilidade. - Estrutura básica da contabilidade. - Noções de ativo e passivo, circulante e não circulante, e de patrimônio líquido. - Escrituração contábil. -

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	Apuração de resultados e demonstrações contábeis obrigatórias.
Projeto Final	xxx
Sujeição Passiva Tributária	- Sujeito ativo e sujeito passivo. - Contribuinte: de fato e de direito . - Repercussão do ônus do tributo. - Solidariedade, Capacidade Tributária Passiva e Domicílio Tributário. - Sujeição e capacidade contributiva. - Classificação da sujeição passiva tributária. - Responsabilidade e substituição. - Responsabilidade tributária por sucessão (sucessão empresarial, sucessão inter vivos e causa mortis); - Responsabilidade tributária de terceiros (administradores, sócios e profissionais relacionados aos negócios jurídicos); - Conceito de substituição e regimes. Substituição progressiva e regressiva. - Substituição e alguns tributos (ICMS, ITBI etc.) - Substituição e retenção.
Tributação, Finanças Públicas, Estado e Globalização	Sociedade, Estado e Tributação no Estado Liberal de Direito e no Estado Social de Direito. Globalização e Sociedade de Risco. História da tributação e das finanças públicas nos diferentes modelos de Estado e Sociedade. Tributação e desigualdade social.
Tributação Internacional	- Objeto. Âmbito de Incidência da Lei Tributária. Concurso de Normas e Dupla Tributação. Tratados Internacionais. Procedimento. Relação com a lei interna. Tratados e os tributos estaduais e municipais. Interpretação dos tratados. Outras fontes: costume, jurisprudência, arbitragem e direito comunitário. - Elementos de conexão. Conceito e espécies. Os princípios da fonte e da residência. Os princípios da universalidade e da territorialidade. Os princípios de origem e de destino. Nacionalidade, residência e domicílio.

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>Fonte de rendimentos e fonte de pagamentos. A regra locus rei sitae. - Imposto de Importação: Fatos Geradores. Sujeitos Passivos. Princípios. Função Extrafiscal. Isenções. Imunidades. - Imposto de Importação: Base de cálculo. Alíquota. Sistema Harmonizado. Mercosul e a Tarifa Externa Comum. Mercadoria Leiloada. - Imposto de Exportação: Fatos Geradores. Mercadoria nacionalizada. Deduções. Sujeitos Passivos. Base de cálculo. Alíquota. Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação. - Contribuições incidentes sobre a importação. - Regimes Aduaneiros Especiais. Natureza Jurídica. Espécies: trânsito aduaneiro, admissão temporária, entreposto aduaneiro, exportação temporária e drawback. - Regimes Aduaneiros Atípicos: zonas francas e free-shops, depósitos e terminais alfandegados. - Elisão e evasão fiscais internacionais. - Transferência de Lucros. Preços de Transferência. Off-Shore. Trust. Paraísos Fiscais. Tributação de lucro de filial, coligada ou controlada no exterior.</p>
<p>Tributos e Regulação</p>	<p>- Isenções e benefícios fiscais como medidas de extrafiscalidade. - A extrafiscalidade e a regulação. - As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico: Conceito. Características. As espécies. - A CIDE dos Combustíveis. - O AFRMM. As contribuições das Agências Reguladoras. - Setores da economia e tributação específica. - Tributação do combustíveis. - Tributação no setor de energia elétrica.</p>
<p>Tributo sobre a Renda e a Receita</p>	<p>- Aspectos Constitucionais do Imposto de Renda: Os princípios da universalidade, da generalidade, da progressividade e da personalização. - O</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>Conceito Constitucional de Renda e o Fato Gerador do IR na Constituição e no CTN. A sua periodicidade. Base de Cálculo e Contribuintes no CTN. A retenção na fonte. - Imposto de Renda Pessoa Física: Rendimentos Brutos: Rendimentos Tributáveis e Rendimentos Isentos. Despesas dedutíveis. Ganhos de Capital. Evolução Patrimonial a descoberto. Alíquotas e Tabela Progressiva. - Imposto de Renda Pessoa Jurídica. O lucro como renda da Pessoa Jurídica. A base de cálculo do IRPJ. Lucro Real: Lucro Líquido, Adições e Exclusões. A Compensação de Prejuízos. Juros sobre Capital Próprio. As alíquotas e o adicional. - Lucro Presumido e as margens de lucro. Os incentivos fiscais. A opção pelo SIMPLES. Lucro Arbitrado. As alíquotas. - A Distribuição de Lucros ou Dividendos. As Participações Societárias. Equivalência Patrimonial. - Contribuição para o PIS e COFINS. Histórico. Regime cumulativo e regime não-cumulativo. Receita e faturamento. Critérios de não-cumulatividade. - Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).</p>
<p>Tributos sobre a Circulação de Bens e Serviços</p>	<p>- Fatos Geradores: A Circulação de Mercadorias. O Transporte Interestadual e Intermunicipal. As Comunicações. A prestação conjunta de fornecimento de mercadorias e prestação de serviços. A importação de bem, ainda que não seja mercadoria. - A não-cumulatividade. O regime de creditamento. O estorno de crédito em caso de isenções. A seletividade. - As imunidades específicas e as Isenções por lei complementar. Incentivos Fiscais e Convênio. A guerra fiscal. - A base de cálculo. Os contribuintes. A Substituição Tributária e a posição do STF. - As alíquotas.</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	<p>Alíquotas Interestaduais e internas. Alíquotas de exportação. Limites máximos e mínimos definidos pelo Senado Federal. - A função da lei complementar. A LC nº 87/96 e suas alterações. O ICMS, os combustíveis e a EC nº 33/01. - Fatos Geradores: a importação, a saída de mercadoria do estabelecimento industrial. Industrialização: espécies. Matérias-primas, produtos Intermediários, produtos secundários. Insumos. - IPI e ICMS: casos de dupla incidência. Imunidade na Exportação. Base de Cálculo. Sujeitos Passivos. Estabelecimento Industrial e Equiparados. - Alíquotas Seletivas. Creditamento e Não-Cumulatividade. Alíquota Zero e Isenções. Transferência de Créditos. - Fatos Geradores: A lista de serviços. Sujeitos Passivos. Bases de cálculo. - Sociedades Uniprofissionais. - Construção Civil. - Pedágio. - Alíquotas e a EC nº 37/02. Tributação do Software. Arrendamento Mercantil. EC nº 37/02. A LC nº 116/03. - A Responsabilidade Tributária e a retenção na fonte. - Fatos Geradores: Operações de Crédito, de Câmbio, de Seguros, relativas a Títulos e Valores Mobiliários. - O Ouro como Ativo Financeiro. - Sujeitos Passivos. Bases de cálculo. Alíquotas. Contribuintes.</p>
<p>Tributos sobre o Patrimônio</p>	<p>- Aspectos Constitucionais: as progressividades extrafiscal e fiscal. - Fato Gerador. A Base de Cálculo. - A Súmula nº 160 do STJ. Contribuintes. - Limitações constitucionais e revisão da base de cálculo do IPTU. - Aspectos Constitucionais: a progressividade e a imunidade das pequenas glebas. - Fato Gerador. A Base de Cálculo. Contribuintes. Alíquotas. - ITR e Extrafiscalidade. -</p>

EMENTÁRIO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

	Delegação da capacidade tributária ativa para os Municípios. - IPVA. Fato Gerador. Os veículos automotores. Base de Cálculo. Alíquota e Extrafiscalidade. Contribuintes. - IGF. Limitações constitucionais. - O ITBI. As transmissões imobiliárias intervivos por ato oneroso. - A promessa de compra
--	---